

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 8.933 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

**AUTORIZA O EXECUTIVO
MUNICIPAL A FIRMAR TERMO
DE PERMISSÃO DE USO DE
ÁREA PÚBLICA COM A IGREJA
EVANGÉLICA MINISTÉRIO
BRASA VIVA MISSÃO.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município do Rio Grande, nos termos do art. 86, §3º da Lei Orgânica do Município, a firmar Termo de Permissão de Uso de área pública com a Igreja Evangélica Ministério Brasa Viva Missão, com a seguinte descrição:

“trata-se de um terreno urbano, localizada no Bairro Junção, a ser desdobrado do imóvel descrito à Matrícula 70.212, partindo-se de um ponto no alinhamento da Rua Valdomiro Rocha Lima (Rua 1), distante 25,00 m (vinte e cinco metros) a Oeste da esquina formada com a Rua Delamar Corrêa Mirapalheta (Rua 5), por 25,00 m (vinte e cinco metros) no sentido O-L pelo alinhamento da Rua Valdomiro Rocha Lima (Rua 1), por onde faz frente até a esquina com a Rua Delamar Corrêa Mirapalheta (Rua 5); daí por 50,00 m (cinquenta metros) no sentido N-S pelo alinhamento da Rua Delamar Corrêa Mirapalheta (Rua 5) até o limite com a Quadra VIII do Loteamento da Rede Ferroviária Federal; daí por 25,00 m (vinte e cinco metros) no sentido L-O confrontando-se ao sul com a Quadra VIII do Loteamento da Rede Ferroviária Federal; daí por 50,00 m (cinquenta metros) no sentido S-N confrontando-se a Oeste com área pública remanescente descrita à matrícula 70.212 até o alinhamento com a Rua Valdomiro Rocha Lima, fechando o perímetro com área de 1.250,00 m² (mil, duzentos e cinquenta metros quadrados).”

Parágrafo único: A área descrita no *caput* deste artigo é destinada para a implantação de uma igreja evangélica, qual terá um espaço voltado para o atendimento de mulheres em situação de drogadição.

Art. 2º A Permissão de Uso de que trata o artigo 1º será realizada à título gratuito e terá vigência de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada por igual período a critério das partes.

Art. 3º A Permissão de Uso autorizada no artigo 1º será firmada mediante Termo de Permissão, o qual deverá ter execução fiel e integral pelo beneficiário, revertendo as benfeitorias erigidas ao Patrimônio Público Municipal ao final da permissão.

§ 1º - A Permissão terá cláusula de reversão obrigatória na hipótese do descumprimento das cláusulas e condições do Contrato de Permissão de Uso.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - Durante o prazo da permissão de uso o concessionário poderá utilizar o bem da forma que melhor lhe interessar para a consecução de seus fins, não podendo, contudo, alienar ou transferir o mesmo.

Art. 4º Caso a área objeto da Permissão de Uso não tenha sua destinação realizada no prazo de 05 (cinco) anos, a Igreja Evangélica Ministério Brasa Viva Missão reverterá a área ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 09 de fevereiro de 2023.

FABIO DE OLIVEIRA
BRANCO:49844210
020

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
BRANCO:49844210020
Dados: 2023.02.09
14:46:54 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:/Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação